

CAVALIERE, Ricardo. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói, EdUFF, Coleção Ensaios, n. 16, 2000.

Obras elaboradas no século XIX têm sido apenas comedidamente mencionadas em crônicas que se propõem a recontar a história dos estudos sobre a linguagem no Brasil, embora, de um dado ponto de vista – o da existência política “formal” do país – esse século seja um momento-chave para a interpretar a formação de tradições locais em Lingüística e Filologia.

A sensação de que muito já foi dito sobre a língua portuguesa e de que a novidade e a criatividade na elaboração da história estejam atreladas ao uso de fontes materiais pouco conhecidas direciona o foco de interesse da historiografia da lingüística brasileira contemporânea a períodos mais antigos (supostamente, menos repisados), bem como a trabalhos que lidam com as ainda misteriosas línguas autóctones do país. Soma-se a isso o fato de as primeiras crônicas terem optado pela ênfase no século XX, mais rico em termos de organização institucional e diversificação dos estudos, e compreende-se o motivo de o século XIX manter-se como uma lacuna neste quadro de reflexões. Por estar tão próximo cronologicamente, já manifestar a tendência marcante em nossa história de privilegiar a língua portuguesa e não dispor de níveis elaborados de institucionalização da área, alguma espécie de distorção o transformou em pós-exótico e pré-científico.

Os senões que têm cercado tanto a palavra ‘gramática’ quanto a legitimidade da elaboração de textos que privilegiem certas variantes, fizeram da gramaticografia do período um patinho ainda mais feio que os demais. A respeito dela, em análises apressadas, reiteram-se clichês sobre idiosincrasias, cientificismos e lusitanismos na derivação de conceitos gramaticais e na seleção dos modos de ‘bem dizer’.

Ricardo Stavola Cavaliere, em *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*, propõe-se a desmistificar alguns desses lugares-comuns ao tratar do período de confecção de obras gramaticais sobre o português iniciado em 1881, por Júlio Ribeiro, e expandido à segunda década do XX.

As peculiaridades identificadas nas diferentes obras talvez solicitem uma subperiodização, cujas justificativas Cavaliere intui ao, por exemplo, reiterar um certo tecnicismo de Maximino Maciel opondo-o a um antidogmatismo de Said Ali em face da língua. O autor, no entanto, com recurso às características compartilhadas, mais metodológicas que conceptuais, consegue manter a consistência do recorte temporal proposto, ao menos para a fonologia e a morfologia.

A formulação dos conceitos, os modos de estruturação das seções, os entroncamentos do fazer lingüístico com o conjunto de idéias compartilhadas pela comunidade científica (como uma visão naturalista da língua), permitem-nos reconhecer nas obras analisadas preocupações atualíssimas com as relações entre linguagem e cognição, linguagem e texto gramatical, ciência da linguagem e ensino de língua – aspecto em que se concentram as reflexões de Cavaliere.

O professor Ricardo lança luz sobre os dilemas dos autores frente à propensão a fazer ciência lingüística (isto é, descrever e explicar a língua(gem)) em um contexto em que o estudo do português e a produção de obras a ele dedicadas tinham como destino quase único as salas de aula, nas quais deveria ser enfatizado o ‘bom uso’. Uma confluência – conflituosa – entre a prescrição e a descrição impõe-se como saída possível para esse impasse.

Fonologia e morfologia... está organizado em 7 capítulos. No primeiro deles, “Filologia e Lingüística”, o autor revisa a literatura dedicada a esse debate, enfatizando as diferenças entre tradições européias do século XIX a que boa parte das nossas crônicas históricas atribui o rótulo genérico de “histórico-comparativa”.

No capítulo 2, “A gramática científica”, Cavaliere discute conceitos de gramática e apresenta os traços fundamentais da Gramática Científica Brasileira.

O capítulo 3, “Influências estrangeiras”, funciona como uma síntese dos anteriores, uma vez que mapeia fontes, conceitos e procedimentos descritivos selecionados e refundidos pelos gramáticos brasileiros em meio à profusão de opções européias disponíveis. Torna-se evidente, por este capítulo, o diálogo mantido pelos autores com tradições que extrapolam a órbita ibérica. Fontes alemãs e francesas têm sua assistemática ‘influência’ delimitada.

Uma revisão dos trabalhos historiográficos dedicados à gramática científica é realizada no capítulo 4, partindo de Maximino Maciel (1910) e chegando a Sílvio Elia (1975).

Os capítulos 5 (“Fonologia”) e 7 (“Morfologia”) são o núcleo do trabalho. Explicitam e interpretam os modos de tratamento desses dois níveis de análise nos textos selecionados. Cavaliere situa cada um deles na estruturação das gramáticas, delimita o que foi considerado problema científico, e destaca propostas autênticas dos autores para o desatamento de certos nós descritivos nesses dois domínios da língua portuguesa.

Intercalado, talvez com o intuito de refletir as polêmicas em torno do “lugar” conferido a seu tema, encontra-se o capítulo 6, “Ortografia”. Nele, o

autor expõe o caos ortográfico nacional no período, trata dos projetos de reforma e, finalmente, dá notícias sobre a 'ortografia nas gramáticas' (pp. 233-240). Apesar de necessária e interessante, a contextualização do problema alonga-se desproporcionalmente ao trecho em que ele é debatido nos limites da produção gramatical sob análise. Daí que pudesse preceder os capítulos 5 e 7, nos quais de fato mergulhamos nas formas de tratamento da língua peculiares à Gramática Científica.

Fonologia e morfologia da gramática científica brasileira é uma importante verticalização dos estudos sobre a linguagem do século XIX.

Olga Coelho
